

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades - 4º Trimestre - 2016



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2016



Presidente

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Vice-Presidente

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Corregedor

Conselheiro Renato Martins Costa

Conselheiros

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:

09/11/2015 a 06/02/2016

o **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

o **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 08/08/2016

o **SAMY WURMAN**

A partir de 07/11/2016

o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	7
2.	CONTAS DO GOVERNADOR	8
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL	9
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP	10
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO	10
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	11
7.	CORPO DE AUDITORES	11
8.	DECISÕES SINGULARES.....	11
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC	11
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	11
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	12
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	12
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).	12
11.1.2.	DSF's I e II	12
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ	13
11.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	13
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	13
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	13
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	14
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	22
11.4.	OUVIDORIA.....	23
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	23
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	24
11.7.	REVISTA DO TCE	24
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	25
11.9.	CERIMONIAL.....	25
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
13.	ANEXOS	26
13.1.	ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	26



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	9
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	10
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas Correntes.....	16
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas de Capital	17
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas Correntes	18
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas de Capital	19
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas Correntes.....	20
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas de Capital	20
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas Correntes	21
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas de Capital	21

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **4º trimestre** do exercício de 2016.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCE-SP.

No 4º trimestre deste ano, destaca-se a divulgação dos dados referentes à atuação do Tribunal na organização e execução da Fiscalização Ordenada que analisou a gestão dos Resíduos Sólidos por parte dos Municípios, bem como a execução das Fiscalizações Ordenadas com ênfase no Transporte Escolar e Serviços Terceirizados de Limpeza e Vigilância.

As informações obtidas durante as fiscalizações foram encaminhadas aos Conselheiros do TCE e irão subsidiar a análise das contas desses municípios e órgãos estaduais. Todas as unidades gestoras serão informadas sobre eventuais irregularidades encontradas para que apresentem suas manifestações, podendo os gestores serem sancionados com multa.

No Trimestre, o TCE-SP também realizou o lançamento de um gibi editado com o propósito de difundir as funções e atividades da Corte de Contas paulista como ferramenta de controle e uso dos recursos públicos. O gibi 'Faça (a sua) Parte: Cuidando do que é Nosso' interage com o público infantil, por meio de uma linguagem simples, didática e lúdica, na qual difunde as boas práticas da cidadania.





Com exemplos práticos e cotidianos, o impresso, assinado por Maurício de Sousa, visa conscientizar o público infantil da faixa etária entre 9 e 10 anos, sobre a função fiscalizatória e a importância da atuação do Tribunal na boa gestão do dinheiro público. O gibi conta a história da personagem Dorinha, uma criança portadora de necessidades especiais visuais que, por meio de interação com demais personagens da Turma da Mônica, passa a entender as funções do Tribunal de Contas, como órgão de controle externo e como o cidadão pode agir para ajudar a fiscalizar a aplicação do dinheiro público.

A Corte de Contas formalizou uma parceria com a Pasta da Educação para que o material também seja apresentado em sala de aula por professores e distribuído aos alunos da rede pública de ensino estadual para um universo estimado de cerca de 130 mil estudantes. A proposta, é expor aos alunos o papel e importância do TCE na fiscalização dos órgãos e dos entes que utilizam recursos públicos – e o que são esses recursos –, conceitos de cidadania, cuidados com o patrimônio, como funcionam e para que servem os impostos que pagamos, além de mostrar o que são e como identificar ações que levam a corrupção.

No tocante a Cursos e Eventos, destaca-se a realização do **2º Hackathon TCE-SP**, que, neste ano, adotou o formato de um Game Jam, encontro que reúne programadores, designers gráficos, profissionais e estudantes ligados ao desenvolvimento de jogos em uma maratona de desenvolvimento, ideias, criatividade e inovação.

O desafio apresentado nesta nova edição consistiu no desenvolvimento de um jogo eletrônico educacional sobre o tema de combate à corrupção para o público infantil com idade de 7 a 12 anos incompletos, com o objetivo de mostrar às crianças como identificar atos de corrupção em sua realidade, ressaltando a importância de agir honestamente e de forma correta desde cedo, com amigos, professores, colegas, familiares e pessoas com as quais convivem.

Com o objetivo de debater a transparência nos atos da administração pública, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo também realizou no dia 24 de novembro um seminário com o tema '**Transparência e Lei de Acesso à Informação**', direcionado a gestores e servidores públicos municipais e estaduais. Na sequência, no dia 25/11 – a Corte organizou um seminário internacional, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que debateu o aprimoramento das atividades de controle externo desenvolvidos pelas Cortes de Contas no Brasil.

Direcionado aos membros dos Tribunais de Contas – Conselheiros, Auditores, Procuradores e servidores – bem como para pesquisadores, acadêmicos e membros de órgãos das administrações municipais, o encontro discutiu a função das Cortes de Contas com debates que abordaram, além da tradicional ação de controle externo, o aprimoramento de políticas públicas e tomadas de decisão em prol da coletividade.

Adicionalmente, em novembro, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) realizaram o **II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas**, que contou com palestra inaugural proferida pelo jurista Eros Grau, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) entre os anos de 2004 e 2010.



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo coordenou, em novembro, uma série de 3 (três) encontros com os Prefeitos eleitos em outubro de 2016 com objetivo de orientar os novos gestores sobre as boas práticas da administração pública.

Os encontros ocorreram nas cidades de Marília, no dia 10, em São Paulo, no dia 17, e em Araraquara, no dia 25 de outubro, e objetivaram ação preventiva da Corte, no sentido de levar orientações aos agentes políticos e equipes que assumiram a gestão dos municípios em 2017, com explanações técnicas acerca de legislação, jurisprudência e cuidados necessários na prestação de contas.

No período, a 5ª Procuradoria de Contas realizou a primeira audiência pública da história do Ministério Público de Contas e também do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O evento, realizado no dia 24 de novembro, deu a oportunidade a representantes de instituições de ensino e de instituições para apoio ao deficiente auditivo para que pudessem se manifestar sobre as dificuldades enfrentadas pelos surdos no dia-a-dia. Apesar de existir leis que obriguem o oferecimento de LIBRAS, percebeu-se pelos depoimentos que elas não são cumpridas ou, quando as são, pecam pela falta de profissionais e planos de ensino estruturados. Com base nas informações colhidas, o MPC-SP ofereceu representação com o propósito de deflagrar o controle externo para apuração do cumprimento das Leis Federais nº 13.146/2015 e nº 10.436/2002. Ambos os preceitos se referem ao oferecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como disciplina obrigatória e optativa nos cursos de graduação e de capacitação.

Outro evento de destaque no trimestre, realizado pelo Tribunal em conjunto com o Instituto Não Aceito Corrupção (INAC), foi o IV Seminário 'Caminhos Contra a Corrupção'.

Direcionado a servidores, agentes públicos, estudantes e demais interessados, o evento aconteceu na modalidade presencial, com transmissão pela internet. O evento integrou a programação da Semana de Combate a Corrupção, que incluiu o lançamento do livro '46 Visões Sobre a Corrupção' um prêmio às melhores ideias acadêmicas sobre o tema, e uma corrida com início na Praça Charles Miller, ocorrida no dia 11 de dezembro.



Dimas Eduardo Ramalho
Presidente



1. CORPO DIRETIVO

No dia 01 de fevereiro de 2016, tomaram posse para o mandato de um ano, os Conselheiros DIMAS EDUARDO RAMALHO, Presidente, SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Vice-Presidente e, RENATO MARTINS COSTA, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às 4^{as} feiras, às 10 horas

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - CORREGEDOR**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de**

Conselheiro conforme abaixo:

09/11/2015 a 06/02/2016

- **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

- **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

- **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 08/08/2016

- **SAMY WURMAN**

A partir de 07/11/2016

- **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 14h30 horas

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às 3^{as} feiras, às 10 horas

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de**
Conselheiro conforme abaixo:

09/11/2015 a 06/02/2016

- **SILVIA MONTEIRO**

A partir de 10/02/2016

- **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

A partir de 10/05/2016

- **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 08/08/2016

- **SAMY WURMAN**

A partir de 07/11/2016

- **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**



2. CONTAS DO GOVERNADOR

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2016 foi designado o eminente Conselheiro Antonio Roque Citadini.

A designação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano sob responsabilidade da Presidência da Corte e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.

As Contas do Governo referentes ao exercício de 2015 foram examinadas pelo Tribunal Pleno em sessão extraordinária ocorrida no dia 15 de junho, às 10h00m, cuja íntegra encontra-se disponível no Canal do TCE-SP no YouTube:

<http://www.youtube.com/tcespoficial>

O parecer favorável à aprovação das contas, relatado pelo Vice-Presidente do TCE, Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, foi acompanhado pela unanimidade do colegiado, sendo emitidas 18 (dezoito) recomendações, das quais 17 (dezessete) foram propostas pelo Relator e 1 (uma) pelo Decano da Casa, Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Em consonância com o previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, e segundo os termos da Constituição Estadual, após o trânsito em julgado da decisão, o parecer será remetido à Assembleia para análise e posterior julgamento das contas.

A sessão foi presidida pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho e integrada pelos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e pelo Auditor Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli. O Procurador Thiago Pinheiro Lima representou o Ministério Público de Contas e o Procurador Luiz Menezes Neto a Procuradoria da Fazenda do Estado, sendo os trabalhos secretariados por Sérgio Ciquera Rossi.



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 4º trimestre de 2016, foram distribuídos aos julgadores **1.062** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

Matéria	Total
ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTAO FISCAL	2
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3
ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO	4
ADMISSAO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO	2
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	1
CONSULTA	2
CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL	1
CONTAS MUNICIPAIS	1
CONTRATO	98
CONTRATO DE GESTÃO	4
CONVÊNIO – REPASSES A ORGÃOS PÚBLICOS	3
CONVÊNIO - REPASSES PUBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	5
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - AUXÍLIOS - SUBVENÇÕES - CONTRIBUIÇÕES	12
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CG/TP/CV/TC/TF VALOR INFERIOR	61
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTÃO	64
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO	69
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - TERMO DE PARCERIA	8
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - AUXÍLIO – SUBVENÇÕES CONTRIBUIÇÕES	3
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVÊNIO	269
RECURSO ORDINÁRIO	407
REPRESENTAÇÃO	4
RESCISÃO DE JULGADO	21
REVISÃO DE JULGADO	17
TERMO DE PARCERIA	1
TOTAL GERAL	1.062



4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 4º trimestre de 2016, foram distribuídos **4.149** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	RELATOR								TOTAL
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. SEB	Gabinete da Presidência	Corpo de Auditores	
EXAME PRÉVIO DE EDITAL	99	97	98	97	71	95	0	0	557
PESSOAL	17	16	19	24	19	48	0	835	978
REPRESENTAÇÃO	7	7	1	5	31	6	0	0	57
CONTRATO	179	199	197	203	157	186	6	169	1296
RECURSOS	27	28	26	40	28	30	14	3	196
RECURSOS PÚBLICOS	23	30	29	30	36	34	5	323	510
INOMINADO	32	48	39	36	24	30	51	32	292
AÇÕES	0	0	1	0	0	0	3	0	4
BALANÇO GERAL	0	1	49	1	1	0	0	0	52
APARTADOS	0	0	0	0	0	0	0	54	54
CONTROLE DE PRAZO	8	6	7	7	7	7	0	5	47
TOMADA DE CONTAS DE PREVIDÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	45	45
CÂMARA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PREFEITURA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTAS DO GOVERNADOR	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UGEs	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIANTAMENTOS	11	9	9	10	10	9	3	0	61
TOTAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DISTRIBUÍDOS									4.149
TOTAL GERAL - PROCESSOS DISTRIBUÍDOS - FÍSICOS + ELETRÔNICOS									5.211

5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 4º trimestre do presente exercício, foram realizadas **08 Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **644 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **505 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **05 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **08 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **722 processos pela Primeira Câmara e 1.009 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções N.º 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 4º Trimestre de 2016 tramitaram pelo Corpo de Auditores **4.208 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.187 autos** receberam julgamento, enquanto **848** foram objeto de despacho de diferimento.

8. DECISÕES SINGULARES

No 4º trimestre de 2016 foram proferidas **1.512 sentenças singulares**. Destas, **278** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1.234** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCE/SP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **5.992 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 4º Trimestre de 2016, a P.F.E se manifestou em **1.885 feitos**.



11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.071** processos.

11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.880 processos**, dos quais **219** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.155 certidões**. Desse quantitativo, **18** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **1.137** via INTERNET.

11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **21.187 processos** físicos e eletrônicos por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	4.244	3.051
Processos Eletrônicos	8.584	5.308
TOTAL	12.828	8.359

11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **9.351 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

11.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No 4º trimestre de 2016, a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audeps efetuou **2.563 atendimentos** por meio de e-mails e **1.366** por telefone, que alcançaram questões referentes ao próprio Sistema AUDESP, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

No período, a Divisão também efetuou o lançamento da Fase IV do Sistema Audeps, com o módulo de Licitações e Contratos.

11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **3.185** processos.

11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.



11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º16.083 de 28 de dezembro de 2015, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2016” foi elaborado em observância à Lei n.º. 15.870, de 27 de julho de 2015 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2016”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$774.941.309,00**, sendo **R\$773.941.279,00** para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e **R\$1.000.030,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 15.870/15), o Decreto n.º 61.802, de 14 de janeiro de 2016, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2016 e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 27 de janeiro de 2016.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2016 (Decreto n.º 61.802/2016) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, **da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE** e também da **Fonte 6 – Desvinculação da Receita**, conforme descrito na emenda Constitucional n.º 93 de 08/09/2016, Art.76-A, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor de R\$ 15.600.000,00 e R\$ 66.000.000,00, respectivamente, totalizando R\$ 81.600.000,00, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SÃO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1 - SAO n.º 02001/2016-4-0001, concluído em fevereiro, no valor total de R\$4.800.000,00 sendo R\$748.000,00 para obras de reforma nas Regionais de Araras e Registro, R\$2.100.000,00 para serviços de informática – Business Intelligence e R\$1.952.000,00 para aquisição de 480 notebooks para as unidades regionais;

2 - SAO n.º 02001/2016-4-0005, concluído em março, no valor total de R\$3.800.000,00, sendo R\$400.000,00 para despesas correntes, em complementação ao Projeto JAVA-PRODESP e R\$3.400.000,00 para execução de diversas obras que estão sendo realizadas nos prédios da capital, assim como a elaboração de dois projetos básicos para construção das Unidades Regionais de Andradina – UR-15 e Ituverava – UR-17;



3 – SAO n.º 02001/2016-4-0007, concluído em março, no valor de R\$600.000,00, para atender despesas com aquisição de móveis e equipamentos para o prédio sede e anexos I e II bem como para as Unidades Regionais.

4 – SAO n.º 02001/2016-4-0010, concluído em maio, no valor de R\$1.000.000,00, para atender despesas com aquisição de móveis para as Unidades Regionais, Departamento de Tecnologia, bem como aparelhos de ar condicionado para a Unidade Regional de Sorocaba.

5 – SAO n.º 02001/2016-4-0012, concluído em junho, no valor de R\$ 900.000,00, para viabilizar a continuidade da obra de construção da Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14 (R\$850.000,00), bem como a aquisição de equipamentos e materiais permanentes (R\$50.000,00).

6 – SAO n.º 02001/2016-4-0013, concluído em julho, no valor total de R\$ 2.500.000,00, sendo R\$ 2.400.000,00 para atender despesas com contratos de informática e tecnologia da PRODESP e R\$ 100.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o TCE-SP.

7 – SAO n.º 02001/2016-4-0015, concluído em setembro, no valor total de R\$ 2.000.000,00 sendo R\$ 1.649.000,00 para atender despesas com modernização tecnológica (aquisição de equipamentos de informática), R\$ 11.000,00 para aquisição de mobiliário e R\$ 340.000,00 para aquisição de ar-condicionado para o TCE-SP.

8 – SAO n.º 02001/2016-4-0016, concluído em dezembro, no valor total de R\$ 66.000.000,00, sendo R\$ 47.023.006,00 para atender despesas com pessoal ativo e R\$ 18.976.994,00 para atender despesas com pessoal inativo.

Mediante a publicação do Decreto n.º 61.874, de 18 de março de 2016, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R\$138.815,00**, à conta da **Fonte 1-Tesouro**, visando a cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO nº 20006/2016-1-00001.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2016, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de dezembro do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.



Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Fevereiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Março	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Abril	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Maiο	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Junho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Julho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Agosto	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Setembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Outubro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Novembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Dezembro	58.597.126	5.779.763	402.310	-	6.182.073	64.779.199
TOTAL	700.084.379	69.050.520	4.806.380	-	73.856.900	773.941.279

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2016 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Fevereiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Março	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Abril	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Maio	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Junho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Julho	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Agosto	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Setembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Outubro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Novembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Dezembro	20	83.721	-	83.741	64.862.940
TOTAL	20	1.000.010	-	1.000.030	774.941.309

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Fevereiro	58.317.023	5.751.887	2.500.370	-	8.252.257	66.569.280
Março	58.317.023	5.613.072	800.370	-	6.413.442	64.730.465
Abril	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Maiο	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Junho	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Julho	58.317.023	5.751.887	2.800.370	-	8.552.257	66.869.280
Agosto	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Setembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Outubro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Novembro	58.317.023	5.751.887	400.370	-	6.152.257	64.469.280
Dezembro	124.597.126	5.779.763	402.310	-	6.182.073	130.779.199
TOTAL	766.084.379	68.911.705	9.706.380	-	78.618.085	844.702.464

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2016 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Fevereiro	-	2.783.299	-	2.783.299	69.352.579
Março	-	4.083.299	-	4.083.299	68.813.764
Abril	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Maiο	-	1.083.299	-	1.083.299	65.552.579
Junho	-	983.299	-	983.299	65.452.579
Julho	-	183.299	-	183.299	67.052.579
Agosto	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Setembro	-	2.083.299	-	2.083.299	66.552.579
Outubro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Novembro	-	83.299	-	83.299	64.552.579
Dezembro	20	83.721	-	83.741	130.862.940
TOTAL	20	11.700.010	-	11.700.030	856.402.494

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES				TOTAL CORRENTES
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL OUTRAS	
JANEIRO	58.239.985,17	25.659.567,35	3.118.408,92	-	28.777.976,27	87.017.961,44
FEVEREIRO	53.217.577,72	6.331.071,04	2.200.119,66	-	8.531.190,70	61.748.768,42
MARÇO	53.233.806,83	8.366.661,75	67.719,41	-	8.434.381,16	61.668.187,99
ABRIL	53.825.463,72	7.513.104,72	84.172,61	-	7.597.277,33	61.422.741,05
MAIO	53.636.969,49	3.736.091,48	55.847,10	-	3.791.938,58	57.428.908,07
JUNHO	54.310.704,87	1.744.102,93	(139.058,78)	-	1.605.044,15	55.915.749,02
JULHO	54.135.614,18	1.460.053,58	378.662,61	-	1.838.716,19	55.974.330,37
AGOSTO	53.964.397,28	7.261.934,96	328.105,51	-	7.590.040,47	61.554.437,75
SETEMBRO	54.008.988,56	1.777.401,53	1.147.008,78	-	2.924.410,31	56.933.398,87
OUTUBRO	77.925.393,75	1.297.586,17	414.307,37	-	1.711.893,54	79.637.287,29
NOVEMBRO	69.329.224,91	958.889,51	599.585,45	-	1.558.474,96	70.887.699,87
DEZEMBRO	130.225.031,03	1.700.867,26	614.877,88	-	2.315.745,14	132.550.776,17
TOTAL	766.063.157,51	66.807.332,28	8.869.756,52		76.677.088,80	842.740.246,31

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL CORRENTES + CAPITAL
JANEIRO	-	242.637,00	-	242.637,00	87.260.598,44
FEVEREIRO	-	796.094,90	-	796.094,90	62.544.863,32
MARÇO	-	4.001.246,38	-	4.001.246,38	65.669.434,37
ABRIL	-	327.064,48	-	327.064,48	61.749.805,53
MAIO	-	672.409,97	-	672.409,97	58.101.318,04
JUNHO	-	300.073,46	-	300.073,46	56.215.822,48
JULHO	-	840.348,75	-	840.348,75	56.814.679,12
AGOSTO	-	811.570,94	-	811.570,94	62.366.008,69
SETEMBRO	-	398.947,01	-	398.947,01	57.332.345,88
OUTUBRO	-	512.558,00	-	512.558,00	80.149.845,29
NOVEMBRO	-	438.902,10	-	438.902,00	71.326.601,97
DEZEMBRO	-	493.441,93	-	493.441,93	133.044.218,10
TOTAL	-	9.835.294,92	-	9.835.294,92	852.575.541,23

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES				TOTAL CORRENTES
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL OUTRAS	
JANEIRO	58.239.985,17	3.681.996,77	37.911,29	-	3.719.908,06	61.959.893,23
FEVEREIRO	53.217.577,72	4.393.309,71	804.048,24	-	5.197.357,95	58.414.935,67
MARÇO	53.233.806,83	5.891.807,80	610.156,43	-	6.501.964,23	59.735.771,06
ABRIL	53.825.463,72	6.252.413,83	289.553,71	-	6.541.967,54	60.367.431,26
MAIO	53.636.969,49	5.928.948,51	492.643,41	-	6.421.591,92	60.058.561,41
JUNHO	54.310.704,87	6.047.584,47	379.366,32	-	6.426.950,79	60.737.655,66
JULHO	54.135.614,18	5.612.574,42	521.005,01	-	6.133.579,43	60.269.193,61
AGOSTO	53.964.397,28	5.047.732,46	751.954,11	-	5.799.686,57	59.764.083,85
SETEMBRO	54.008.988,56	5.119.309,68	702.403,07	-	5.821.712,75	59.830.701,31
OUTUBRO	77.925.393,75	4.990.486,22	703.739,30	-	5.694.225,52	83.619.619,27
NOVEMBRO	69.329.224,91	4.221.922,00	858.436,08	-	5.080.358,08	74.409.582,99
DEZEMBRO	130.235.031,03	10.572.076,41	2.718.539,55	-	13.290.615,96	143.525.646,99
TOTAL	766.063.157,51	67.760.162,28	8.869.756,52	-	76.629.918,80	842.693.076,31
RPNP	-	47.170,00	-	-	47.170,00	47.170,00
TOTAL GERAL	766.063.157,51	67.807.332,28	8.869.756,52	-	76.677.088,80	842.740.246,31

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado
Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2016 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL CORRENTES + CAPITAL
JANEIRO	-	-	-	-	61.959.893,23
FEVEREIRO	-	5.793,00	-	5.793,00	58.420.728,67
MARÇO	-	208.932,00	-	208.932,00	59.944.703,06
ABRIL	-	162.918,25	-	162.918,25	60.530.349,51
MAIO	-	1.619.421,79	-	1.619.421,79	61.677.983,20
JUNHO	-	1.097.987,42	-	1.097.987,42	61.835.643,08
JULHO	-	826.186,56	-	826.186,56	61.095.380,17
AGOSTO	-	1.539.157,31	-	1.539.157,31	61.303.241,16
SETEMBRO	-	277.801,83	-	277.801,83	60.108.503,14
OUTUBRO	-	434.380,84	-	434.380,84	84.054.000,11
NOVEMBRO	-	684.186,85	-	684.186,85	75.093.769,84
DEZEMBRO	-	1.620.656,67	-	1.620.656,67	145.146.303,66
TOTAL	-	8.477.422,52	-	8.477.422,52	851.170.498,83
RPNP	-	1.357.872,40	-	1.357.872,40	1.405.042,40
TOTAL GERAL	-	9.835.294,92	-	9.835.294,92	852.575.541,23

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado
Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado do dia 31 de março, 31 de maio, 23 de agosto, 01 de outubro de 2016 e 13 de dezembro de 2016. A publicação do Balancete do 6º bimestre depende de dados definitivos da Secretaria da Fazenda.

11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no quarto trimestre, manifestou-se em **1.252** procedimentos/processos – tanto físicos como eletrônicos - relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP manifestou-se **142 procedimentos/processos físicos**: foram fornecidas **51 informações** em auxílio à Procuradoria da Fazenda, além de oferecidos **91 esclarecimentos** aos Relatores das respectivas matérias, quanto ao andamento de Ações Judiciais noticiadas naqueles feitos. Por fim, realizou o acompanhamento permanente de **131 ações judiciais** de interesse do Tribunal.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **66 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos, conforme quadro abaixo:

4º Trimestre - 2016	Quantidade de Eventos	Número Participantes	Acessos "on line"
Reuniões Pedagógicas	05	57	-
Cursos/Eventos nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCESP	27	3.750	2.318
Cursos/Eventos em outros Tribunais de Contas	-	-	-
Cursos/Simpósios na Editora NDJ	01	01	-
Cursos/Eventos-outras dependências ou Instituições	11	1.969	278
Sub-Total	44	5.777	2.596
Cursos de Curta Duração - Externos	22	34	-
Total	66	5.811	2.596

Dentre os cursos e eventos oferecidos no trimestre, destacam-se:

- Curso de Extensão em Direito Financeiro;
 - Encontro de Orientação para os Novos Prefeitos;
 - IV Seminário Não Aceito a Corrupção – Caminhos contra a Corrupção;
 - OCDE: Transparência e Controle Externo – Experiências Internacionais – Qualidade do Gasto Público;
 - Transparência e Lei de Acesso à Informação;
 - Audiência Pública – Ensino de Libras – Promovida pela 5º Procuradoria de Contas;
 - Encontro Nacional de Inteligência Aplicada ao Controle Externo;
 - Licitação e Contratos – A Jurisprudência e o Exame Prévio de Edital.
- **Biblioteca – 3.526 atendimentos realizados**, sendo **1.287 através do** Sistema Online Sophia e **2.239 presenciais**.

11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **2.702 atendimentos** neste Trimestre. Destaca-se o atendimento de **512 solicitações** por meio do *Whatsapp*, novo canal de atendimento implementado recentemente.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão - SIC**, que, no período, atendeu **37 pedidos** de informações.

11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas – DSIS; e, Divisão de Tecnologia – DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerencia a plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, realizou reuniões e treinamentos diversos, com apoio ao Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **1.324 solicitações** na área de Atendimento ao Usuário de TI, tendo atuado, dentre outros projetos, no suporte tecnológico às Fiscalizações Ordenadas realizadas pelo TCE-SP no trimestre,

11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 4º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **120 matérias relacionadas a julgamentos;**
- **115 matérias relacionadas à área institucional;**
- **10 newsletters** (periodicidade semanal).

11.7. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a Revista do TCE-SP publicou, neste trimestre, sua edição de número 137.

Dentre outras matérias, esta edição contém artigos e matérias relacionados à Fiscalização Ordenada realizada pela Corte, que fiscalizou hospitais e ambulatórios de saúde cujas administrações são gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde. A revista também trouxe cobertura sobre a participação do TCE-SP em eventos como o Congresso de Municípios – realizado em Campos do Jordão e o I Congresso Internacional de Contas Públicas – organizado pela Assembleia Legislativa do Estado.

Foram abordadas outras realizações do Tribunal no período, além da síntese de decisões selecionadas, proferidas pelos Conselheiros em sede de Exame Prévio de Edital, e artigos de interesse para os jurisdicionados e sociedade em geral.

A Revista também publicou, no período, a edição de nº 138, que traz como destaque a prestação de contas do Governo do Estado de São Paulo, referente ao exercício de 2015.

Distribuída através de mala direta diferenciada a autoridades – estaduais, municipais e federais -, a publicação da Corte de Contas paulista aborda os principais tópicos da sessão plenária em que as contas foram relatadas pelo Conselheiro e Vice-Presidente, Sidney Estanislau Beraldo e receberam parecer favorável do colegiado.

Neste número, a revista destaca as principais informações do relator, com o uso de gráficos e planilhas, sobre a conjuntura econômica, planejamento de receitas e despesas, aplicações no Ensino e Saúde, precatórios e despesas com pessoal, entre outros.



11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

11.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sra. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 4º trimestre de 2016, o Cerimonial se fez presente em **16 eventos internos, 09 eventos externos, além de atuado em 10 recepções de autoridades.**

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 4º trimestre de 2016, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Dimas Eduardo Ramalho
Presidente



13. ANEXOS

13.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP¹

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

COMUNICADO GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	40/2016	Exames Prévios de Edital	22/12/16
GP	39/2016	AUDESP – Fase III – Atos de Pessoal – Remuneração	21/12/16
GP	38/2016	Calendário 2017 de exigências da AUDESP	21/12/16
GP	37/2016	Dispõe sobre a nova distribuição das áreas de fiscalização.	20/12/16
GP	36/2016	Fases III e IV do Sistema AUDESP	20/12/16
GP	35/2016	Licitações Suspensas pelo Tribunal Pleno - Sessão de 14/12/2016	15/12/16
GP	34/2016	Licitações Suspensas pelo Tribunal Pleno - Sessão de 07/12/2016	08/12/16
GP	33/2016	Licitações Suspensas pelo Tribunal Pleno - Sessão de 30/11/2016	01/12/16
GP	32/2016	Processos Julgados – 3º Trimestre	30/11/16
GP	31/2016	Licitações Suspensas pelo Tribunal Pleno - Sessão de 23/11/2016	24/11/16
GP	30/2016	Licitação Suspensa pelo Tribunal Pleno - Sessão de 09/11/2016	10/11/16
GP	29/2016	Encontro com os gestores eleitos - 2016	05/11/16
GP	28/2016	AUDESP – Fase III – Atos de Pessoal – Remuneração	18/10/16
GP	27/2016	Sistema de Editais de Concursos e Seleções	23/09/16
GP	26/2016	Questionário – Conselhos Municipais de Saúde	15/09/16
GP	25/2016	E-TCESP – Cadastramento On-Line OAB-SP	26/08/16
GP	24/2016	Balanço de Julgados – 2º Trimestre	26/08/16
GP	23/2016	Audesp Fase IV – Cronologia de Remessas	03/08/16
GP	22/2016	Aposentadoria Especial	27/07/16
GP	21/2016	Audesp Fase III - Cronologia de Remessas	26/07/16
GP	20/2016	Serviços e Obras de Engenharia	23/07/16
GP	19/2016	Contribuição previdenciária e PASEP - compensação de créditos tributários	23/07/16
GP	18/2016	ETCESP - Indisponibilidade de Sistema	21/07/16

¹ Incluídos os Comunicados publicados no 1º Trimestre de 2016, em virtude de não terem sido considerados nos relatórios anteriores.



GP	17/2016	Questionário de Controle Interno	14/07/16
GP	16/2016	EPE - Levantamento de Exames Prévios de Edital	14/07/16
GP	15/2016	Autuação Adiantamentos	25/06/16
GP	14/2016	Audesp - Fase IV	24/06/16
GP	13/2016	Audesp - Fase III	24/06/16
GP	12/2016	Relação dos Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares	03/06/16
GP	11/2016	Resultado Anual de Julgados 2015	24/05/16
GP	10/2016	Exame Prévio de Editais	10/05/16
GP	09/2016	Balanço de julgamentos - 1º Bimestre 2016	06/05/16
GP	08/2016	Contagem de prazos processuais	28/04/16
GP	07/2016	Licitações e Contratos - Fase IV do Sistema AUDESP.	28/04/16
GP	06/2016	Novo Sistema Apenados	30/03/16
GP	05/2016	Videoconferência - Sustentação oral	19/03/16
GP	04/2016	Recepção e cadastramento de documentação no Processo Eletrônico	17/03/16
GP	03/2016	Alteração no horário das sessões da Primeira Câmara	05/03/16
GP	02/2016	Tramitação de processos de Prefeituras e Câmaras por meio exclusivamente eletrônico	16/02/16
GP	01/2016	Acesso ao Sistema AUDESP	02/02/16



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	22/2016	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	03/12/16
SDG	21/2016	Relação de órgãos ou entidades proibidas de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	04/11/16
SDG	20/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	05/10/16
SDG	19/2016	Entidades Irregulares	06/09/16
SDG	18/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	04/08/16
SDG	17/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	06/07/16
SDG	16/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	02/06/16
SDG	15/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	04/05/16
SDG	13/2016	Listagem Auxílio	02/04/16
SDG	12/2016	Relação de Órgãos ou Entidades proibidas de novos recebimentos	03/03/16
SDG	11/2016	Órgãos e entidades impedidos	04/02/16
SDG	10/2016	Composição das Câmaras e Pleno	02/02/16
SDG	09/2016	Ficha Limpa - Contas reprovadas	29/01/16
SDG	08/2016	Sede Unidade Regional Registro - UR-12	27/01/16
SDG	07/2016	Alerta Revista TCESP	26/01/16
SDG	05/2016	Calendário 2016 - Ciclo de Debates	13/01/16
SDG	04/2016	SISCAA-Web	08/01/16
SDG	03/2016	Relação de órgãos proibidos de novos recebimentos	07/01/16
SDG	02/2016	Suspensão da Resolução nº6 de 2015	07/01/16
SDG	01/2016	Valores de Remessa	07/01/16



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO